

Moção 65

Populus: Democracia com Raízes

Em latim, *populus* designa simultaneamente o povo e o choupo. A coincidência recorda-nos que democracia e natureza partilham a mesma necessidade fundamental: raízes fortes.

Portugal não é um país rico em petróleo, gás natural ou outros recursos estratégicos. A sua riqueza reside sobretudo no seu território, na sua paisagem, na sua biodiversidade, na qualidade da sua costa e na relação histórica entre comunidades humanas e património natural.

Num continente onde largas extensões do litoral foram transformadas por décadas de urbanização intensiva, Portugal conserva ainda áreas costeiras, florestais e agrícolas de elevado valor ecológico, paisagístico e cultural. Este património não é apenas uma herança a preservar; é um ativo estratégico para a qualidade de vida, a saúde pública, a atração de talento, o turismo sustentável e a prosperidade das gerações futuras.

Apesar disso, continuam a multiplicar-se projetos de urbanização que sacrificam espaços verdes, corredores ecológicos e ecossistemas costeiros em nome de ganhos económicos imediatos. Em vários pontos do país, cidadãos organizam-se para defender o território, alertando para decisões que podem produzir benefícios de curto prazo à custa de prejuízos ambientais e sociais duradouros.

O caso da Quinta dos Ingleses, em Cascais, tornou-se um símbolo desta tensão entre modelos de desenvolvimento. Independentemente das especificidades jurídicas de cada processo, a mobilização cidadã em defesa daquele espaço demonstra a crescente consciência de que o território é um bem comum e que as decisões sobre o seu futuro não podem ser tomadas sem um amplo escrutínio democrático.

A defesa do ambiente não pode ser separada da defesa da democracia. Quando as comunidades perdem capacidade de participar nas decisões que transformam os lugares onde vivem, perde-se não apenas património natural, mas também confiança nas instituições e sentido de pertença coletiva.

O XVII Congresso do LIVRE afirma que a proteção do território deve constituir uma prioridade política nacional e que os movimentos cívicos que defendem espaços naturais, florestas urbanas, zonas costeiras e áreas verdes desempenham um papel essencial na vitalidade democrática do país.

Neste sentido, o Congresso recomenda que o LIVRE:

1. Reforce o apoio político e institucional à participação cidadã nos processos de ordenamento do território e planeamento urbano.
2. Defenda mecanismos de consulta pública mais robustos e vinculativos para projetos com impacto ambiental significativo.
3. Apoie a proteção de espaços naturais de elevado valor ecológico, paisagístico e comunitário.
4. Promova a criação de assembleias cidadãs e outros instrumentos de democracia participativa dedicados às questões ambientais e territoriais.
5. Estabeleça uma relação de diálogo e cooperação com movimentos cívicos locais que atuem na defesa do património natural e do interesse público.

As árvores que hoje protegemos não pertencem apenas ao presente. São parte do legado que deixaremos às gerações futuras. Defender o território é defender a democracia. Defender a democracia é garantir que as comunidades têm voz sobre o futuro dos lugares onde vivem.

Proponentes

- Marica Ferri
- Manuel Valadas Preto
- Paula Senra